

Apoio



ANO 11 Nº 2

Fevereiro de 2002

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

As economias avançadas em 2002

A desaceleração das economias avançadas está presente no **Panorama Econômico Global**, publicado pelo FMI em dezembro passado. Depois de alcançar uma taxa de crescimento do PIB de 3,9% em 2000, o desempenho do Primeiro Mundo restringiu-se a um pequeno aumento no produto de 1,1% em 2001 e a uma projeção de 0,8% em 2002. Esses números implicarão avanços semelhantes de 0,7% nos PIBs dos Estados Unidos e da Alemanha, ao mesmo tempo em que o Japão reduzirá a sua atividade econômica em 1% durante o corrente ano. A par da desaceleração, o documento do Fundo prevê que as economias avançadas conviverão com inflação em queda — 2,3% para 1,3% — e desemprego em expansão — 6,0% para 6,6% — ao longo de 2002.

No que diz respeito aos Estados Unidos, a taxa de crescimento do PIB de 0,2%, no trimestre encerrado em dezembro, deveu-se à pujança da construção civil, à reposição dos estoques e à melhora na confiança do consumidor. A decisão de Alan Greenspan em não alterar as taxas de juros na reunião de janeiro reforçou a idéia de que a retomada do crescimento norte-americano está próxima. Nesse mesmo sentido, os investidores acreditam que este será um ano de retomada dos lucros das empresas, porque os negócios entrarão em uma fase pós-recessão. No começo do mês de fevereiro de 2002, a Bolsa de Nova Iorque encontrava-se em 9.920 pontos, e o índice das empresas de alta tecnologia situava-se em 1.934 pontos contra 8.235 e 1.423 pontos respectivamente, valores vigentes imediatamente após o ataque terrorista de 11 de setembro. Dado o contexto atual, George W. Bush optou por apresentar um plano para reativar a economia, mas os entraves no Congresso têm retardado as ações do Governo Republicano. Paralelamente, o Presidente tem priorizado a questão fiscal por causa da promessa de campanha de devolver o Imposto de Renda aos contribuintes, mesmo com o retorno do déficit público.

Para o Japão, as estimativas do FMI evidenciam recessão no biênio 2001-02, manutenção da deflação e desemprego crescente. Nestes primeiros dias de 2002, os objetivos principais de Junichiro Koizumi concentram-se em reduzir os empréstimos podres dos bancos, impedir que haja quebra de mais empresas e conter o avanço do desemprego.

Quanto à Alemanha, segundo o **Panorama Econômico Global**, ela prosseguirá em desaceleração econômica em 2002, a inflação ficará reduzida a 1,1%, e o desemprego permanecerá em

patamares elevados. Atualmente, o país convive com aumento da taxa de desemprego, que estava próxima do patamar de 10% em janeiro de 2002, ao mesmo tempo em que o Índice de Preços ao Consumidor registrou um acréscimo de 0,9% no mesmo mês, reflexo da introdução do euro e dos arredondamentos decorrentes da utilização da nova moeda. No momento, Gerhard Schröder tem à frente uma eleição legislativa em que a ameaça conservadora é real, vem de não aceitar que a Alemanha assuma o comando das forças de paz no Afeganistão e está com atenção especial voltada para o problema do desemprego.

Taxas de crescimento das principais variáveis das economias avançadas — 2000/02

(%)

DISCRIMINAÇÃO	ECONOMIAS AVANÇADAS	ESTADOS UNIDOS	JAPÃO	ALEMANHA
Crescimento real do PIB				
2000	3,9	4,1	2,2	3,0
2001 (1)	1,1	1,0	-0,4	0,5
2002 (2)	0,8	0,7	-1,0	0,7
Preços ao consumidor				
2000	2,3	3,4	-0,8	2,1
2001 (1)	2,3	2,9	-0,7	2,4
2002 (2)	1,3	1,6	-1,0	1,1
Desemprego				
2000	5,8	4,0	4,7	9,5
2001 (1)	6,0	4,9	5,0	8,6
2002 (2)	6,6	6,0	5,7	8,9

FONTE: FMI.

(1) Estimativas. (2) Projeções.

Antônio Carlos Fraquelli (FEE/NEESF)

Indústria do mobiliário no RS: avanços e obstáculos

Responsável por 5,4% do PIB industrial do RS em 2001, a indústria do mobiliário apresentou taxas de crescimento positivas nos seus principais indicadores, com exceção das vendas externas, duramente atingidas pelas dificuldades enfrentadas pelos parceiros comerciais mais importantes: Argentina e Estados Unidos. A crise político-econômica argentina, que acarretou uma redução de 12% nas compras de móveis gaúchos, e a retração do mercado norte-americano, para onde se planejava exportar grandes volumes, frustraram a meta de incremento de 15% das exportações desses bens em 2001.

Os números relativamente favoráveis dessa indústria no Estado decorrem, em grande parte, da maior competitividade conferida pelo processo de reestruturação empreendido pelo setor durante os anos 90, com expressivos investimentos em pesquisa de tendências para valorização do *design*, amparada pela elevação do nível tecnológico das empresas. Permanecem, entretanto, algumas importantes deficiências na cadeia produtiva moveleira local, destacando-se o fornecimento de madeira acabada (chapas e painéis), primordialmente originária da Região Sudeste, afetado por fatores como a redução de oferta em razão do racionamento de energia elétrica aplicado naquela região.

Taxas de variação de alguns indicadores de desempenho da indústria do mobiliário do Rio Grande do Sul — jan.-nov./01

INDICADORES	TAXAS DE VARIAÇÃO (%)	
	JAN-NOV/01	JAN-NOV/00
Produção física	7,32	
Vendas	6,27	
Compras	2,46	
Pessoal ocupado	0,54	
Valor nominal das exportações (1)	-4,51	
Valor médio das exportações (2)	-5,71	

FONTE: IBGE, FIERGS/CIERGS, MDIC/SECEX.

(1) Dados referentes ao período de janeiro a dezembro. (2) US\$/kg, dados referentes ao período de janeiro a dezembro.

Silvia Horst Campos (FEE/NEI)

A safra de grãos poderá atingir 100 milhões de toneladas

Estimativas realizadas pela Conab, em dezembro de 2001, situam a produção brasileira de grãos na safra 2001/02 em 100 milhões de toneladas. Destas, a quase-totalidade, ou seja, 94,8 milhões referem-se às lavouras de verão do arroz, do feijão, do milho e da soja, as quais utilizaram 35,5 milhões de hectares de terras. Essas projeções sinalizam um aumento na produção nacional de mais de 3% em relação à safra anterior. Segundo a mesma fonte, as expectativas são diferentes, e piores, para o Rio Grande do Sul, que, mesmo tendo aumentado em quase 2% a área cultivada com os quatro grãos, deverá reduzir a produção na mesma magnitude.

Entretanto levantamento realizado no Estado — em janeiro do corrente ano — pela Emater-RS indica que, em decorrência da ausência de chuvas, que se estende desde o final de 2001, as perdas poderão ser maiores do que as estimadas em dezembro do ano que passou. Os produtores que investiram nessas quatro lavouras deixarão de colher, aproximadamente, 2,1 milhões de toneladas. As maiores perdas estão concentradas no feijão (primeira safra) e no milho, com uma redução na produção em torno de 25,2% e 20,3%, respectivamente, seguidas pela soja (15,3%). Já o arroz irrigado, embora tenha sofrido com o excesso de chuvas à época


do plantio, acumula a menor perda, ao redor de 1,3%. As perdas acumuladas para esses quatro grãos situam-se na casa dos 12,4%.

Estimativas da variação percentual da produção e da área dos principais grãos no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2001/02

PRODUTOS	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Área	Produção	Área	Produção
Arroz	3,7	9,5	3,0	5,6
Feijão	11,7	25,8	5,0	-4,4
Milho	-3,9	-6,6	-10,0	-11,2
Soja	12,9	11,2	8,0	1,5
Total	5,4	3,4	1,8	-1,6


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Conab (dez./2001).

Maria Helena Sampaio (FEE/NEA)



crédito assistido
Apoio Técnico e Crédito para Pequenos Empreendedores

Você não precisa ser grande para ter crédito e acompanhamento técnico.



GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL
Estado da Participação Popular

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-dez./01

MESES E ANOS	TAXAS		TAXA MÉDIA DE DESEM- PREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/ /IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
	ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)				Índice	Taxa de Variação (4)	Índice	Taxa de Variação (4)	
						(base fixa ago./94 = 100)		(base jan./91 = 100)		
Dez./92	-0,6	18,1	4,5	124,8	-8,2	124,7	7,2	...
Dez./93	4,9	18,5	4,4	2 477,7	...	112,9	-9,5	134,7	8,0	...
Dez./94	5,9	21,3	3,4	916,5	56,4	88,6	-21,5	144,8	7,5	17 265
Dez./95	4,2	19,3	4,4	22,4	38,9	99,8	12,6	159,8	10,3	20 746
Dez./96	2,7	20,9	3,8	10,1	23,0	98,6	-1,2	159,3	-0,3	20 106
Dez./97	3,3	22,1	4,8	5,2	40,9	93,7	-5,4	166,3	4,4	32 283
Dez./98	0,2	20,6	6,3	1,7	39,4	99,1	5,8	164,4	-1,1	39 285
Nov./99	-	-	7,3	8,6	19,0	124,0	24,1	157,0	-5,0	37 962
Dez./99	0,8	19,0	6,3	8,9	19,0	115,8	16,9	157,1	-4,5	45 407
Jan./00	-	-	7,6	8,9	19,0	112,8	-6,9	157,6	-4,3	45 753
Fev./00	-	-	8,2	7,9	19,0	110,2	-22,3	157,8	-2,9	42 197
Mar./00	2,2	19,3	8,1	6,9	19,0	108,2	-20,1	158,1	-1,6	40 906
Abr./00	-	-	7,8	6,8	18,5	109,4	-10,1	158,1	-1,1	38 549
Mai./00	-	-	7,8	6,5	18,5	111,3	-8,6	158,7	-0,9	38 460
Jun./00	3,5	19,3	7,4	6,5	17,5	110,7	-11,5	158,4	-1,2	37 924
Jul./00	-	-	7,2	7,1	16,5	107,0	-14,5	157,0	-1,6	37 141
Ago./00	-	-	7,1	7,9	16,5	103,7	-20,4	156,4	-1,7	37 855
Set./00	4,3	19,9	6,7	7,8	16,5	104,1	-19,6	155,9	-1,7	38 060
Out./00	-	-	6,8	6,7	16,5	105,5	-20,1	156,9	-0,1	39 299
Nov./00	-	-	6,2	6,0	16,5	109,1	-12,0	159,6	1,6	40 006
Dez./00	4,4	19,8	4,8	6,0	15,8	109,8	-5,2	160,1	1,9	46 304
Jan./01	-	-	5,7	6,0	15,8	110,7	-1,9	160,7	2,0	46 459
Fev./01	-	-	5,7	6,3	15,8	112,0	1,6	160,1	1,5	44 300
Mar./01	4,2	21,5	6,5	6,4	16,3	114,5	5,8	160,2	1,3	43 306
Abr./01	-	-	6,5	6,6	16,3	117,9	7,4	159,4	0,8	43 543
Mai./01	-	-	6,9	7,0	16,8	123,1	10,6	-	-	43 636
Jun./01	3,6	20,7	6,4	7,4	18,3	124,3	12,3	-	-	43 936
Jul./01	-	-	6,2	7,1	19,0	126,6	18,3	-	-	45 004
Ago./01	-	-	6,2	6,4	19,0	129,5	25,0	-	-	45 010
Set./01	-	20,1	6,2	6,5	19,0	138,2	33,0	-	-	45 133
Out./01	-	-	6,6	7,2	19,0	140,7	33,4	-	-	45 430
Nov./01	-	-	6,4	7,6	19,0	-	-	-	-	45 587
Dez./01	-	-	5,6	7,7	19,0	-	-	-	-	52 846

(continua)

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./92-dez./01

MESES E ANOS	NECESSI- DADES PRIMÁRIAS DE FINANCI- AMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
			Índice da Produção Física (base 1991 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez interna- cional) (US\$ milhões) (Bacen)	
				Produção física (7)	Produtividade física da indústria (7)		Exportações (1)	Importações (1)	Transações correntes (6)	Investimentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos		
Dez./92	89,52	-3,7	4,6	(8) 69,0	13,4	-2,3	1,57	23 754	...
Dez./93	97,13	7,5	9,5	(8) 72,0	8,1	25,1	-0,14	32 211	...
Dez./94	-5,09	28,5	114,32	7,6	10,8	(8) 77,0	12,3	28,7	-0,31	38 806	...
Dez./95	-0,35	29,9	100,71	1,8	4,3	(8) 83,0	6,8	51,1	-2,55	51 840	...
Dez./96	0,09	33,3	108,88	1,7	14,9	(8) 79,0	2,7	6,7	-2,98	1,28	1,70	60 110	...
Dez./97	0,98	34,5	105,37	3,9	10,7	(8) 81,0	11,0	15,1	-4,16	2,13	2,03	52 173	199 998
Dez./98	-0,01	42,6	102,90	-2,0	8,4	-	-3,5	-6,2	-4,34	3,37	0,97	44 556	241 777
Out./99	-3,00	48,8	127,07	-2,0	7,4	83,0	-9,6	-16,1	-4,59	5,12	-0,53	40 053	...
Nov./99	-3,24	47,8	124,07	-1,4	7,4	-	-8,6	-15,8	-4,68	5,38	-0,70	42 175	...
Dez./99	-3,13	49,7	111,73	-0,7	7,6	-	-6,1	-14,9	-4,80	5,40	-0,60	36 342	241 468
Jan./00	-3,16	47,1	106,32	4,9	7,5	81,3	-3,3	-14,0	-4,48	5,68	-1,20	37 560	240 151
Fev./00	-3,27	47,4	112,71	10,3	8,1	-	-0,7	-11,0	-4,46	5,07	-0,61	38 364	240 663
Mar./00	-3,31	47,0	120,21	8,0	7,7	-	1,5	-7,9	-4,40	5,13	-0,73	39 200	242 536
Abr./00	-3,52	47,5	115,48	6,8	7,3	83,1	4,3	-5,4	-4,44	4,91	-0,47	28 721	230 069
Mai./00	-3,83	47,4	126,81	6,7	7,1	-	6,2	-2,7	-4,40	4,92	-0,52	28 570	231 346
Jun./00	-3,59	46,5	127,86	6,9	7,0	-	8,6	-1,7	-4,27	5,12	-0,85	28 265	232 288
Jul./00	-3,18	49,5	130,26	6,9	7,3	82,8	12,5	2,5	-4,18	5,30	-1,12	29 214	232 812
Ago./00	-3,53	48,6	136,35	7,1	7,1	-	14,5	4,7	-4,05	5,21	-1,16	31 385	232 440
Set./00	-3,33	48,5	129,22	6,7	6,7	-	16,5	8,6	-4,06	5,00	-0,94	31 431	232 387
Out./00	-3,25	49,0	136,19	6,8	6,4	84,1	16,5	11,3	-4,19	4,95	-0,76	30 393	231 575
Nov./00	-3,63	49,7	130,47	6,6	6,0	-	16,5	12,7	-4,19	5,57	-1,38	32 533	231 526
Dez./00	-3,56	49,3	120,27	6,7	5,7	-	14,7	13,8	-4,15	5,52	-1,37	33 011	236 157
Jan./01	-3,62	48,9	119,07	12,0	6,0	82,1	15,8	17,3	-4,42	5,33	-0,91	35 598	238 298
Fev./01	-3,54	49,6	114,80	6,8	5,1	-	13,7	14,8	-4,57	5,27	-0,70	35 413	238 230
Mar./01	-3,53	50,2	130,16	7,3	5,6	-	13,6	15,4	-4,74	5,30	-0,56	34 407	220 560
Abr./01	-3,90	50,4	122,35	7,0	-	83,9	13,6	15,9	-4,68	5,48	-0,80	34 653	...
Mai./01	-3,79	51,9	132,62	6,4	-	-	12,7	15,9	-4,84	5,61	-0,78	35 459	...
Jun./01	-3,91	51,3	126,49	5,1	-	-	11,9	15,9	-4,85	5,28	-0,43	37 318	224 025
Jul./01	-4,05	52,8	132,00	4,5	-	80,9	9,9	13,9	-5,05	4,87	0,17	35 552	224 411
Ago./01	-3,78	54,0	135,70	3,8	-	-	7,8	11,2	-5,06	4,75	0,31	36 299	226 818
Set./01	-3,80	54,8	127,00	3,2	-	-	6,8	8,0	-5,00	4,80	0,19	40 054	232 352
Out./01	-3,97	54,7	131,58	2,5	-	79,9	6,8	5,8	-4,87	4,72	0,14	37 492	230 000
Nov./01	-3,68	53,3	128,06	2,5	-	-	6,0	5,0	-4,75	4,10	0,65	37 234	228 603
Dez./01	-3,69	53,3	-	-	-	-	5,5	1,6	-4,58	4,47	0,11	35 866	-

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos sete dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual acumulada nos últimos 12 meses. (5) R\$/cesta de 13 moedas: EUA, Canadá, Japão, ALADI (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e México) e Europa (Alemanha, França, Itália, Holanda e Suíça). (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual da média dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (8) Refere-se ao mês seguinte.

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 2

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./99-dez./01

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA (2)			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (5)	Mês (6)	Acumulado no Ano (7)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (8)	CUB (9)
Out./99	-	141,43	105,99	100,37	220,8	93,4	42,6	399,2	105,73	475,35
Nov./99	-	137,39	111,39	101,30	225,2	100,7	42,9	415,1	106,84	479,73
Dez./99	3,0	126,87	114,63	102,24	247,7	94,6	42,4	413,3	107,76	482,01
Jan./00	-	119,56	114,69	114,69	249,9	96,8	86,6	477,4	108,69	486,17
Fev./00	-	130,89	118,76	116,78	216,2	97,9	48,9	413,0	109,12	491,65
Mar./00	-	157,02	109,31	113,78	219,5	99,3	42,4	409,2	109,51	493,24
Abr./00	-	146,48	103,19	110,78	239,6	103,6	43,2	437,3	109,71	499,53
Mai./00	-	158,40	112,47	111,13	205,1	93,9	46,6	399,4	109,93	491,85
Jun./00	-	152,97	106,79	110,33	243,1	95,3	50,6	448,3	109,97	491,02
Jul./00	-	153,46	109,17	110,16	237,4	98,5	52,3	446,5	111,83	504,90
Ago./00	-	157,69	113,14	110,55	239,2	101,7	55,3	456,0	113,84	509,16
Set./00	-	139,83	103,51	109,75	270,7	103,3	53,8	493,3	114,02	510,35
Out./00	-	151,24	106,94	109,46	289,6	68,4	49,3	475,7	114,51	519,58
Nov./00	-	147,92	107,67	109,29	319,6	72,9	48,2	508,4	115,11	518,65
Dez./00	4,1	128,61	101,37	108,66	307,1	75,2	47,0	497,3	115,39	519,24
Jan./01	-	129,10	107,98	107,98	336,7	70,1	99,4	571,2	117,19	520,81
Fev./01	-	127,38	97,30	102,40	298,7	72,4	59,1	497,4	117,05	521,22
Mar./01	-	156,17	99,47	101,27	261,5	66,5	49,1	453,0	117,60	520,63
Abr./01	-	152,36	104,14	102,03	336,2	81,1	60,2	553,2	118,72	524,37
Mai./01	-	154,77	97,72	101,07	311,6	69,2	48,9	518,6	118,85	528,28
Jun./01	-	147,78	96,61	100,28	303,6	64,9	61,0	505,4	119,42	532,23
Jul./01	-	151,36	98,63	100,03	291,6	111,8	64,1	547,3	120,39	545,90
Ago./01	-	156,48	99,23	99,92	263,7	104,1	61,8	510,2	120,88	553,17
Set./01	-	-	-	-	310,0	112,7	62,3	566,8	120,67	557,48
Out./01	-	-	-	-	309,2	107,0	53,2	547,1	122,17	561,36
Nov./01	-	-	-	-	291,4	116,1	56,8	540,7	123,37	565,12
Dez./01	3,5	-	-	-	-	-	-	-	125,16	572,59

(continua)

Carta de Conjuntura - Ano 11 nº 2

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — out./99-dez./01

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (3)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (4) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (US\$ mil)	VARIÇÃO MENSAL DO NÚMERO DE INFORMAÇÕES DO SPC (%)	
		Taxa de Desemprego		Ocupados (10)	Assalariados (11)	Industrial	Total		Registro	Cancelamento
		Aberto	Total							
Out./99	7 884	11,9	19,7	720	727	556 736	1 430 979	437 790	64,4	-61,7
Nov./99	8 894	11,7	19,7	737	744	564 829	1 460 697	404 187	-11,4	3,2
Dez./99	-11 311	11,1	18,1	746	736	577 884	1 573 375	465 523	30,7	40,9
Jan./00	6 367	10,3	16,7	727	712	504 010	1 662 231	339 539	-23,4	-33,7
Fev./00	7 374	10,2	16,8	719	701	590 670	1 721 907	351 781	3,9	7,5
Mar./00	12 922	10,8	17,7	708	708	595 849	1 698 334	415 601	33,9	7,9
Abr./00	14 283	11,4	18,8	722	721	616 814	1 640 732	467 414	-10,5	10,2
Mai/00	2 625	11,5	18,4	739	733	651 664	1 623 447	472 396	20,8	10,1
Jun./00	639	11,3	17,8	750	737	635 844	1 578 796	573 501	-16,7	0,9
Jul./00	- 475	11,2	16,8	759	733	638 838	1 602 501	604 322	2,0	-0,7
Ago./00	87	11,0	16,5	748	736	643 196	1 604 892	630 930	17,6	1,7
Set./00	6 440	10,6	16,2	735	726	632 876	1 583 907	498 411	-16,7	-4,4
Out./00	6 173	10,0	16,3	725	724	624 813	1 558 757	486 019	63,1	-13,6
Nov./00	8 689	9,6	15,9	720	715	623 480	1 580 276	487 985	-45,2	-1,2
Dez./00	-11 632	9,3	15,0	723	713	609 475	1 630 893	452 039	24,4	35,7
Jan./01	6 019	9,1	14,4	718	719	525 439	1 682 432	414 295	-27,9	-31,5
Fev./01	3 426	9,3	14,7	721	730	602 228	1 739 468	400 950	-17,6	-16,7
Mar./01	10 016	9,6	15,4	707	725	615 360	1 803 647	520 790	74,2	33,9
Abr./01	15 810	10,2	15,6	713	729	643 148	1 756 774	489 574	-2,2	-1,0
Mai/01	-5 421	10,2	15,4	701	706	618 173	1 602 540	638 054	-6,3	15,5
Jun./01	-1 372	10,0	15,0	704	704	653 234	1 579 597	632 236	-20,0	-11,7
Jul./01	-3 176	9,6	14,6	692	692	631 391	1 516 081	658 093	15,9	13,1
Ago./01	6 854	9,6	14,3	695	695	628 535	1 533 749	673 810	-10,8	-14,3
Set./01	7 532	9,8	14,5	710	717	607 149	1 510 227	569 020	-20,2	-20,7
Out./01	10 869	10,2	15,3	711	723	593 559	1 480 961	494 824	19,2	17,4
Nov./01	10 730	9,7	15,1	714	725	601 350	1 565 278	384 873	64,4	11,9
Dez./01	-	-	-	-	-	586 626	1 570 998	468 839	-24,7	21,5

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. SPC. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Pesquisa Industrial Mensal. (3) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./01. (4) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (5) Base: média de 1991 = 100. (6) Base: igual mês do ano anterior = 100. (7) Base: igual período do ano anterior = 100. (8) Base: abr./98 = 100. (9) Em R\$. (10) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (11) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

A desvalorização do peso argentino e a economia gaúcha

A nova política cambial argentina poderá afetar as exportações do RS tanto para o mercado argentino quanto para os demais mercados do Estado. No primeiro caso, devido à elevação dos preços em pesos e, no segundo, em função do aumento da competitividade das exportações argentinas, cuja pauta se assemelha à gaúcha.

Dentre os produtos exportados pelo Estado para a Argentina e que poderão ser afetados, destacam-se: calçados, polietileno, aparelhos de ar condicionado, colheitadeiras, carne suína, móveis de madeira, tratores, produtos químicos orgânicos, carcerias e conservas de peixe.

Já para os demais mercados, a concorrência argentina poderá prejudicar as vendas gaúchas de soja em grão, farelo de soja, óleo de soja, couro, motores, milho, tratores e carnes.

Em prazo mais longo, caso a economia argentina se recupere, os efeitos negativos sobre as exportações gaúchas até poderão ser amenizados, pois, junto com a recuperação, se espera um aumento das importações naquele país.

Internamente, um eventual aumento das exportações da Argentina para o Brasil poderá causar dificuldades para os produtores gaúchos de trigo, milho e couro, dentre outros, pelo crescimento da concorrência com o produto gaúcho. Por outro lado, os combustíveis, como petróleo e seus derivados, importante produto adquirido pelo Estado naquele país, incluindo-se também o gás natural, poderão sofrer redução de preço, proporcionando diminuição nos custos internos de produção do Estado.

Exportações gaúchas para a Argentina — jan.-dez./00 e jan.-dez./01

CAPÍTULOS DA NCM	VALOR (US\$ mil)		VARIACÃO PERCENTUAL
	Jan.-Dez./00	Jan.-Dez./01	
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	96 581	93 933	-2,74
39 - Plásticos e suas obras	125 902	89 851	-28,63
84 - Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos	70 633	71 195	0,80
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	38 394	38 535	0,37
94 - Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.	43 440	38 172	-12,13
87 - Veículos automóveis, tratores, etc., suas partes e acessórios	65 214	35 040	-46,27
29 - Produtos químicos orgânicos	43 973	32 857	-25,28
38 - Produtos diversos das indústrias químicas	12 329	17 797	44,35
82 - Ferramentas, artefatos de cutelaria, etc., de metais comuns	15 164	12 118	-20,09
73 - Obras de ferro fundido, ferro ou aço	11 508	10 247	-10,96
Subtotal	523 138	439 745	-15,94
Outros	137 952	133 764	-3,04
TOTAL	661 090	573 509	-13,25

FONTE: MDIC.

Teresinha Bello (FEE/NERI)

A fecundidade no Rio Grande do Sul e no Brasil

A taxa de fecundidade é um dos indicadores demográficos que mais influencia no crescimento e na estrutura etária de uma população. Apenas nos últimos 39 anos, essa taxa caiu 59%, passando de 5,11 filhos em 1960 para 2,12 em 1999, no Rio Grande do Sul. Já para o Brasil, a taxa caiu 63% no mesmo período, sendo que as quedas foram mais acentuadas para a população rural, fato este que ocorreu também no nosso estado.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 mostra que a fecundidade das mulheres gaúchas continua caindo, sendo estimada em 2,12 filhos, superando apenas as taxas do Rio de Janeiro, de Goiás e do Distrito Federal. A queda da fecundidade tem sido influenciada, dentre outros fatores, por um elevado uso de métodos anticoncepcionais, principalmente esterilização. De fato, os estados brasileiros com menores taxas de fecundidade em 1999 são os que apresentam um grande número de mulheres esterilizadas. Segundo o Suplemento Especial da PNAD de 1986, para o Rio Grande do Sul, 75,1% das mulheres de 15 a 44 anos eram usuárias de algum método anticoncepcional, e 18,2% delas eram esterilizadas. O nível mais alto de esterilização era das goianas, 70,6%, sendo elevado também para o Rio de Janeiro: 45,3%. Dados da **Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde** de 1996 revelam que a esterilização desempenha um papel cada vez mais importante no controle da prole das brasileiras. Em 1996,

dentre as mulheres brasileiras de 15 a 44 anos que estavam unidas maritalmente, 77,9% usavam algum método anticoncepcional, e 38,5% do total eram esterilizadas.

Taxa de fecundidade total no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1940-1999

ANOS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
1940	6,16	5,08
1950	6,21	5,22
1960	6,28	5,11
1970	5,76	4,29
1980	4,35	3,11
1990	2,98	2,43
1995	2,63	2,34
1999 (1)	2,33	2,12

FONTE: IBGE.
FEE/NIS.
FEE. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90.** Porto Alegre, 2000.

NOTA: Taxa de fecundidade total é o número médio de filhos que uma mulher teria no final do seu período reprodutivo, se, ao longo deste, o regime de fecundidade fosse o mesmo do período analisado.

(1) Estimativa IBGE, com dados da PNAD.

Marilene Dias Bandeira (FEE/NIS)

Mulheres mantêm desvantagem salarial no emprego formal

Os dados recentemente divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego sobre a situação do mercado formal de trabalho no ano 2000 (RAIS) mostram que, embora persista a segregação por gênero na sociedade brasileira, a mão-de-obra feminina conquista cada vez mais espaço. Tomando-se como base de comparação o ano de 1994, quando foi implantado o Programa de Estabilização Econômica (Plano Real), observa-se que, enquanto o total do emprego com carteira assinada cresceu 6,1% no Rio Grande do Sul, o número de mulheres empregadas cresceu 11,4%, passando de 709.679 em 1994 para 790.574 em 2000. Já o número de homens teve um modesto crescimento de 2,6%. O setor serviços foi quem puxou o crescimento do emprego no Estado, com um aumento de 29,3%, que foi muito maior para as mulheres do que para os homens: 39,9% e 20,9% respectivamente. Em virtude de trajetórias diferenciadas, a participação das mulheres no emprego formal elevou-se de 39,8% em 1994 para 41,7% em 2000.

Em contrapartida, o fosso que separa as mulheres dos homens, nos salários, permanece grande, a despeito de o salário das mulheres ter evoluído um pouco melhor do que o dos homens. O rendimento médio real no RS recuou 3,9% entre 1994 e 2000. Enquanto o dos homens caiu 4,8%, o das mulheres teve um recuo bem menor (1,4%). Com isso, diminuem os diferenciais salariais: em 1994, os homens tinham um rendimento médio real 29,8% superior ao das mulheres, vantagem que diminuiu para 25,4% em 2000. Nesse ano, os homens ostentavam um rendimento médio real de R\$ 798,79 contra um de R\$ 637,22 das mulheres. A pior situação sob a ótica do emprego feminino, considerando-se os setores mais importantes para o emprego, encontrava-se na indústria de transformação, que apresentava um dos rendimentos médios mais baixos para as mulheres e o diferencial salarial mais acentuado. No ano 2000, o rendimento médio real das mulheres empregadas na indústria de transformação do Estado era de R\$ 425,82, e o dos homens era de R\$ 717,25, o que significa que o valor dos homens estava 68,4% acima do das mulheres. Cabe realçar que a discrepância na indústria diminuiu nesses anos: o rendimento médio real feminino variou -2,7%, e o masculino, -9,8%.

A administração pública era o setor em que as mulheres tinham o maior rendimento médio real em 2000, não obstante mostrar um dos maiores contrastes salariais. O diferencial entre o rendimento médio real dos homens e o das mulheres, que era 29,1% em 1994, elevou-se para 43,4% em 2000, o que é especialmente preocupante, tendo em vista que as mulheres representam mais da metade dos empregados no setor.

Por fim, é importante ter presente que, embora o nível de escolaridade das mulheres seja, na média, mais elevado do que o dos homens, elas ainda são remuneradas em níveis bem inferiores ao deles.

Evolução do rendimento médio das pessoas empregadas, por sexo, segundo setores selecionados, no RS — 1994 e 2000

SETORES	1994 (R\$)			2000 (R\$)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	794,83	437,79	677,23	717,25	425,82	619,10
Comércio	612,06	449,13	551,14	537,56	409,21	486,22
Serviços	1 112,19	801,91	969,09	946,77	703,66	832,01
Administração pública	986,09	763,66	860,00	1 232,16	859,19	1 011,70
Total	838,75	646,06	760,82	798,79	637,22	730,84

SETORES	VARIÇÃO %		
	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	-9,76	-2,73	-8,58
Comércio	-12,17	-8,89	-11,78
Serviços	-14,87	-12,25	-14,15
Administração pública	24,95	12,51	17,64
Total	-4,76	-1,37	-3,94

FONTE: RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS — RAIS. Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego.

NOTA: Rendimento médio, em 31.12, em valores reais, calculado com base no IPC do IEPE, a preços de dezembro de 2000.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 04.02.02).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 2.700 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: José Antonio Fialho Alonso
Diretor Técnico: Flávio B. Fligenspan
Diretor Administrativo: Celso Anversa

Conselho Editorial da Carta: Flávio B. Fligenspan,
Guilherme Xavier Sobrinho, Jorge da Silva Accurso e
Roberto da Silva Wiltgen.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 Porto Alegre - CEP 90010-283
e-mail conjuntura@fee.tche.br
www.fee.tche.br

EDITORIAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Sidonia Therezinha Hahn Calvete. Revisoras: Elisabeth Kurtz Marques, Rosa Maria Gomes da Fonseca e Roselane Vial.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch

Leal, Lenoir Buss e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisa- beth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Os- valdo Machado Vargas, Luiz Carlos da Silva e Mauro Marcelino da Silva.